

Ensino a Distância

A preparação do pessoal para lançamento de um projecto como a Universidade Aberta, tem sido uma das principais preocupações do Conselho Científico do Instituto Português de Ensino a Distância.

Assim a sua primeira grande acção de formação teve lugar durante um Seminário realizado na Aldeia das Açoteias. Coube ao Prof. Magalhães Godinho encerrar essa reunião de reflexão, na sua qualidade de membro do Conselho Científico do Instituto. As palavras que então proferiu conservam toda a actualidade e constituem uma importante base para a compreensão da importância que o ensino a distância poderá ter num país como Portugal.

ACÇÃO EDUCACIONAL E PRÁTICA CULTURAL

Cabe-me fazer um balanço destas jornadas. Esse balanço pode ser o retomar, passo a passo, de caminhos que foram seguidos; ou talvez, presentemente tentar problematizar as questões fundamentais, as dificuldades com que deparámos, retraçar os caminhos que foram abertos e aqueles que é preciso abrir; e dizer também, algumas palavras heterodoxas que tenham o condão de desagradar, umas ao clã de tecnologia, outras ao clã de pedagogia e outras aos diferentes clãs que pensam em termos diversos. Antes de mais, gostaria de sublinhar, embora reflectindo o que já aqui tive ensejo de dizer, que a minha preocupação fundamental é a acção educacional.

Porquê? Porque é uma das formas de intervenção na sociedade de que somos cidadãos responsáveis, ou pelo menos, de que devemos ser cidadãos responsáveis e que não podemos transmitir, às gerações futuras, nos mesmos moldes em que a recebemos, nem aqueles em que estamos a viver. Há todo um processo de mudança que se impõe quer o queiramos ou não, quer o apreciemos ou depreciemos, em que temos que nos inserir, e inserir nesse processo não simples imagens ilustrativas, ou segundo a linguagem noutra plano de compreensão mais terra a terra, mais elementos constitutivos dessa mesma mudança. Que se realize em nós, por nós, talvez, nem sempre para nós, em todo o caso, que exige a nossa presença, com uma tomada de consciência do legado que —



O Presidente do IPED fazendo a introdução do Prof. Doutor Magalhães Godinho na sessão de encerramento do Encontro das Açoteias.



recebemos e da criação que queremos legar. Acção educacional é pois a nossa preocupação fundamental aqui e agora; poderia ser a acção económica, ou outro tipo de acção.

Acção educacional

A acção educacional está institucionalizada em sistema escolar, mas em princípio, passa por múltiplos canais não institucionalizados do ambiente social cultural e julgo que ficou demasiado implícito, nas discussões que aqui desenvolveram, a articulação entre a acção educacional e o ambiente social cultural. Porquê? Porque pensámos em recursos técnicos, em artifícios, senão mesmo, em virtuosismos, em mensagens a transmitir, em receptores e emissores; esta linguagem é não só uma linguagem que me parece inadequada para tratar os problemas das Ciências Humanas, como talvez alienante. Alienante porquê? Porque ela destrói a própria concepção de acção educacional. Receptor-emissor-mensagem: temos o professor, o aluno, as pessoas que dialogam reduzidas à máquina e aos problemas tecnológicos. Ora entram aqui múltiplos factores e reduzi-los a esses aspectos é, de certo modo, impedir-nos de conceber adequadamente a acção educacional e o conjunto dos actos educacionais.

Para que sociedade, para que cultura? Reparem que nos países após industrializados, que nos finais do Séc. XIX, já eram altamente industrializados, nessa altura, o analfabetismo tinha, praticamente, desaparecido, reduzia-se a dois, três, quatro por cento. Em Portugal, tínhamos ao abrir do Séc. XX, 70% de analfabetos de maiores de 7 anos. Quer dizer que Portugal foi um país que, através da sua História, nunca sedimentou uma civilização da escrita; e isso é tanto mais grave quanto, se compararmos o número de edições e de tiragens, ao longo da nossa História, com o que acontece noutros países, vemos que a nossa produção tipográfica foi sempre inferior à das simples tipografias de Lyon.

Formas de criação

Portanto, vamo-nos dirigir a um povo cujas formas de criação passam quase sempre mais pela oralidade e a gestualidade do que pela mensagem escrita e pela leitura. Com todas as consequências que daqui é necessário tirar quando transitamos para a imagem, a imagem reprodutora de objectos ou de acções sem a



mediatização da operatória conceptual. Isto impõe-nos, desde logo, o pensar a acção educacional e os actos educativos em relação com uma população-alvo que tem características socio-culturais peculiares; em que, por exemplo, as formas de contabilidade não entraram nos costumes, como necessidade quotidiana e, portanto, certos aspectos de uma mentalidade quantitativa se não formaram.

Ter em conta esse ambiente social cultural ainda, porque a população é bombardeada por múltiplos canais, não só de informação, como de formação ou de deformação ou de impressão: porque, quando se age junto de um público, não é necessariamente para o informar, mas muitas vezes para suscitar as suas emoções, para o impressionar, mesmo que seja sem o desejo de o condicionar. Ora a verdade é que o nosso ensino vai estar a par com uma imprensa que tem determinadas características, com uma televisão e um rádio, cujos programas têm as características bem conhecidas e que, infelizmente, por vezes, até se lembra de lançar os chamados programas culturais. Assim, nós não podemos desligar a concepção da nossa acção educacional, desse conjunto de meios que estão a moldar, em permanência, a mentalidade das populações: não podemos discutir em abstracto se devemos aplicar este fundo, ou aquele, a presença ou não do professor, utilizar este artifício,

ou o último recurso tecnológico, que tem um extraordinário efeito em Inglaterra; é esquecermo-nos de que os ingleses ouvem a BBC, têm outros jornais, que não são os nossos (não vou citar títulos) e têm uma ou outra televisão, além de terem uma outra escola. Esse aspecto também é importante, porque, quer queiramos, quer não, a existência de um sistema escolar institucionalizado vai ser não só um termo de comparação, com um condicionante geral do ambiente sobre o qual pretendemos agir.

Objectivos gerais

Quais são os nossos objectivos gerais? Julgo que a discussão técnica começa por aqui. Porque em Portugal há o costume, quando se põe um problema nacional, de o discutir tecnicamente, quando temos primeiro que sopesar as opções políticas e discuti-lo politicamente, e só depois decidir por soluções técnicas. Invertemos, em geral, a marcha das coisas; não há plano técnico porque a técnica intervém depois de feitas certas opções; evidentemente que a técnica por seu turno, as condiciona, mas não pode ser desligada dos fins que pretendemos alcançar. Um exemplo muito simples: se considerarmos que a nossa missão é transmitir informação, utilizamos certos meios; se entendermos que a nossa missão é uma acção educacional, ou seja, formar cidadãos, formar trabalhadores, formar personalidades, então os meios de que devemos dispor, a maneira de os utilizar, tem de ser diversa, porque tem de conduzir cada qual a reflectir por si, a saber formular as questões por si, a criar um espaço de interioridade, sem a qual a sua personalidade se desfaz, estilhaçada por projecção nos múltiplos objectos que nos rodeiam e que não são apropriados, mas que se apropriam de nós.

Objectivos gerais, portanto, de uma instituição, como esta, não são as encomendas circunstanciais que possa receber, ou as injunções que queiram importar-lhe de resolução deste ou daquele problema, são objectivos de formação da personalidade e de transformação social. Quer dizer, temos de nos situar nestes dois campos: levar à autoformação dos outros e à sua afirmação própria e por outro lado, controlar o processo de mudança, porque hoje acontece é que somos levados por correntes que não controlamos. →

É o caso, por exemplo, dos processos inflacionários, ou de desemprego, ou de inovação tecnológica, que não são controlados pela própria criação de atitude científica. Transformação social, quer dizer que não podemos escamotear certas opções políticas, no sentido em que o termo deve aqui ser tomado: em relação aos problemas globais da Nação portuguesa, em toda a sua dimensão histórica, em toda a sua projecção no futuro e em todos os múltiplos espaços em que ela se tem configurado e se configurará através dos tempos.

Objectivos gerais vão condicionar uma concepção da acção pedagógica e do acto pedagógico. Esse acto ou esse conjunto de acções encadeadas, têm portanto que partir do conhecimento do ambiente social cultural, daquilo que fomos, daquilo que somos, daquilo que queremos ser, para agir de uma maneira interveniente, lúcida, consciente, em diálogo efectivo, quer dizer, em discussão franca, leal, em que saibamos as razões reais das diferentes opções, que nos são postas, ou que nós avançamos.

Definidos assim os vários objectivos, não teremos uma pedagogia inteiramente neutra, teremos no entanto, uma pedagogia que eu penso ser nacional, no sentido de contribuir para a consciência colectiva deste povo que devemos querer ser, desta Pátria que devemos amar, que devemos construir, tendo-a recebido demasiado rasgada em muitos farrapos. Objectivos claramente postos sobre os quais haverá não o consenso fácil de cedência por cansaço, ou de cedência para carreirismo, mas em resultado, precisamente, da confluência que resultará de opiniões constatantes e do respeito por essa pluralidade.

Problema das formas de acção educacional

A partir daí é que se vai pôr o problema das formas que a acção educacional reveste. Diria que não nos podemos limitar a uma forma de acção; isto é, a acção do ensino a distância insere-se num conjunto de outras acções, sejam pedagógicas, sejam de outra natureza — política, económica, cultural, etc., e não podem ser vistas desligadas da cultura. Não vamos

criar algo em vaso fechado, com pessoal altamente especializado, que vai ao exterior buscar uma colaboração, mas sem deixar que o professor, chamado de uma Universidade, penetre no santo dos santos; ele não deve ficar, necessariamente, na ignorância da própria tecnologia, com algo de fechado que não lhe diz respeito. Acabemos com esses compartimentos estanques: o que nós queremos é formar personalidades e construir neste país uma sociedade diversa, o resto são meios e como tal é que têm de ser considerados, não são os fins.

Papel socio-cultural do professor

Assim, teremos que estudar, por exemplo, a evolução do papel socio-cultural do professor. Partiu-se, aqui, da ideia de um papel unívoco do professor, como transmissor de informação, dantes dizia-se de conhecimentos. A verdade é que o professor tem hoje papéis muito diversos, não apenas porque a sua missão é, essencialmente, a de formação, mas também porque ele não pode realizar um trabalho que seja independente dos outros intervenientes na realidade social, seja no plano local, regional, nacional ou internacional. E é por isso que eu considero que não há formação de professores separada, há formação de pessoas de determinadas aptidões e competências que tanto podem intervir numa planificação local, na gestão de um património cultural, na criação de outros aspectos regionais (modelação de paisagem, por exemplo) ou na solução de problemas como o emprego e o desemprego, como ensinar.

Decerto o professor terá, para além da sua competência de base fundamental, científica e humana, de conhecer a fundo o seu ofício. Nós precisamos, em todos os campos, do respeito pelo ofício e da dignidade do ofício, quer com as suas regras, com o seu conhecimento minucioso, inclusivé, de gestos, que se sucedem, segundo esquemas perfeitamente estudados; tudo isso faz parte do professor, mas o professor não pode ser alguém que desde logo se forma para ser professor. Parece-me esse um erro fundamental: o nosso ensino tem-se destinado a formar, por seu turno, professores que formarão outros professores. Ora deve destinar-se a formar sociólogos não só para irem ensinar sociologia



Tecnologia e Ensino
a Distância, uma constante
nos trabalhos
do Instituto

para os liceus, mas também para intervirem na sociedade portuguesa, formar antropólogos, para intervirem no problema do património cultural, por exemplo, ou das actividades locais. Isso é tão importante que ainda agora a nossa participação no projecto n.º 5 do Conselho da Europa – o projecto das 21 cidades – falhou rotundamente, porque não passamos do amadorismo. Não tínhamos pessoas preparadas, os tais sociólogos, antropólogos, historiadores, geógrafos, etc., que em Portugal não sabem fazer mais nada senão ensinar. Aliás, se me permitem uma pequena maldade, eu diria que um dos nossos dramas tem sido que formámos economistas para ensinar economia, e quando os pusemos a dirigir a nossa economia ... bem, não falemos mais no caso. Em suma: há uma multiplicidade de papéis sociais no professor, que não podemos reduzir a um esquema, a uma figura única, além disso, há as situações e os meios. Ensino presencial, ensino a distância são situações; mas o que há de fundamental são os objectivos, os papéis sociais e os recursos de que se dispõe, para uma acção

educacional, exerça-se de uma maneira, ou de outra. E nesse aspecto, o professor tem de ser aquele que leva, fundamentalmente, à auto-formação e à formação para uma sociedade e uma cultura em processo de criação permanente, que leva, portanto, aos outros. É essa a grande dificuldade do ensino a distância: é criar um espaço de formação que, na escola, está definido fisicamente, as relações têm, portanto uma base topográfica bem marcada, ao passo que nas formas não presenciais a primeira condição é um diálogo imaginário, ou um diálogo implícito, em que o outro tem o papel primacial e, no entanto, está ausente. Algo como a “Arlésienne” de Daudet, em que a ausente é a principal personagem. Formação de um espaço, um espaço de formação dos outros, como espaço mental, com os tais interlocutores ausentes. Com que recursos, por que formas? A forma escrita, a forma de transmissão de imagem, seja fixa, seja em movimento; e aqui, tendo em conta que a nossa cultura vai caminhar para formas de pensar e de mentalidade diversas. Não temos uma razão dada de



Aspecto geral da sala onde decorreram os trabalhos do Encontro das Açoteias

uma vez para sempre, mas uma razão que vai construindo a si própria operatoricamente, através da História, da evolução social.

Pensar em moldes novos

Por isso, temos que saber pensar em moldes novos. O nosso problema não é tanto um problema técnico de saber em que momento se insere ou não a imagem, saber se há que inserir uma imagem, ou reduzir à fala, se o apresentador, ou melhor, o professor deve ou não estar presente, mas sim, sabermos raciocinar racionalmente, cientificamente, duma maneira tal que o raciocínio gráfico, chamemos-lhe assim, seja incorporado num discurso lógico. Temos, aliás, um exemplo que é a gráfica criada por Jacques Bertin e que permite a resolução de problemas estatísticos altamente complicados por operações extremamente fáceis, elementares, de puro grafismo. Portanto, é essa concatenação lógica, a possibilidade de articulação, entre aquilo que eram diferentes planos e hoje deixam de o ser, que constitui, para mim, o problema de base, nesta pedagogia. Não é o problema técnico, ou sofisticação deste ou daquele artifício a utilizar. Assim teremos que considerar que a concepção é algo

de extremamente complexo, porque implica equipas que trabalham em colaboração, mas que não percam de vista que há um discurso lógico, que é único, e que todas as contribuições têm de ser peças, perfeitamente ajustadas, nesse discurso lógico único. Por isso, não vamos previamente delimitar demasiado o que serão as funções de professor, de planeador, do realizador, dos operadores, porque é a nossa maneira mesmo de pensar que tem de ser transformada.

Hoje, o mapa não é uma ilustração da lição de geografia ou de história, é um meio de investigação científica; por exemplo, a construção duma série de mapas pode servir para encontrar correlações socio-culturais extremamente importantes, explicar a evolução de tendências eleitorais, ou de estruturas da sociedade e da economia. Quer dizer que temos de saber pensar em termos de espaços e de tempos múltiplos e integradamente.

É na medida em que nós pensarmos o mundo da imagem, digamos, para simplificar, na mesma operatória global de investigação científica e criação cultural, que nós depois realizaremos o acto educacional completo, no ensino presencial, ou a distância. Falei em criação cultural e chamo aqui a atenção para aspectos que me parecem extremamente importantes. É

que em meu entender, as imagens, os slides, os mapas, a música, etc., devem intervir na medida e só na medida em que têm uma conexão lógica com o discurso que se está a realizar; nunca são ilustração, nem devem ser motivos de, para tornar atraente, ou motivar. Eu diria que sou pelo ensino desmotivado: quer dizer, se não formos capazes, pela formulação de problemas, pela posição de questões, pelo arquitectar de hipóteses, por todo o raciocínio científico, ou pelas formas de criação cultural, de levar os outros a reflectir, a aprender, a buscar por si, a interessar-se do mais fundo de si próprios, o recurso a "motivações" só desservirá os nossos fins. Insistamos na criação cultural. Qualquer que seja o campo — a música, a arquitectura, a modelação de um espaço, a renovação de um sítio urbano degradado, como é o caso do Martim Moniz, etc., se não formos capazes de ver as coisas nessa perspectiva, julgo que estaremos todos num caminho totalmente errado. Porquê? Porque a criação cultural é a forma viva de nós preservarmos o lugar que recebemos. Não vemos este país num conjunto de museus, ou de sítios para turistas visitarem, embora isso possa trazer um número apreciável de divisas; o que interessa é saber ligar o que recebemos com aquilo que vamos criar. Suponhamos o caso da paisagem minhota e dos imperativos de uma modernização agrícola: o que nós temos é de estudar primeiro se é ou não possível, e se não é mesmo a melhor solução, preservar essa paisagem e introduzir as modernizações que não a alteram naquilo que tem de essencial.

Com este, outros casos. É evidente que o legado não permanece imutável, ele vai tendo leituras diversas através do tempo e no nosso ensino teremos de apontar diversas leituras de uma obra cultural, seja um pelourinho, seja uma fonte, seja um quadro, um retrato, seja um quarteto de Bartok ou outro tipo de criação qualquer. É evidente que, ao longo do tempo, há uma multiplicidade de sentidos, ou (para não me considerarem totalmente ignorante) uma polissemia.

Pois bem, isso é natural, mas há uma dialéctica difícil e que temos de respeitar, entre a obra, a sua intenção, o seu significado e os vários significados que lhe vão sendo atribuídos e as várias leituras e as várias utilizações.

Pergunto-me se em muitos dos casos a ilustração de uma obra cultural noutra registo sob pretexto de a tornar acessível, não nos distancia dessa obra cultural.

Registo em suporte diferente

Essa transposição é, ou pode ser um caso inteiramente diferente do próprio processo de criação cultural: porque a cultura não se cria a partir da realidade, a cultura cria-se a partir da cultura; a literatura faz-se a partir das obras literárias, a pintura faz-se a partir das tradições oficinais e dos quadros, como a música através das realizações sinfónicas, música de câmara, ou outras obras anteriores. Portanto, é perfeitamente legítimo que qualquer autor beba, vá haurir a todas as obras existentes as possibilidades de criação e execução; mas isso é diverso de darmos a essa obra inaceitável uma interpretação viva que saiba ao mesmo tempo respeitá-la. É pegar na *Ilíada* ou na *Odisseia* e, por exemplo, mudar os nomes geográficos, os nomes das personagens, ou transpor os deuses para outras concepções e interpretações. É perder por completo tudo o que está nessa obra cultural e a partir daqui quando se começa, não há limites; há pequenas transposições que por si só bastam para impedir a compreensão e a função de dada obra cultural. Um exemplo muito claro é o da tradução do *Livro dos Cantares*, compilação atribuída à Escola de Confúcio, tradução feita em Macau, por Jesuítas: utilizam-se conceitos que são inteiramente estranhos à civilização chinesa.

Será isso que nos aproxima, que nos permite fruir desses cantares, aliás, muitos deles hinos sagrados, outros poesias profanas? Não: distancia-nos deles. E temos de ter um cuidado extremo em não querer dar um discurso que se situa ao nível dos conceitos, digamos, dentro do calão mais fechado da investigação científica, e depois acompanhá-lo por desenhos em que, em vez de se destinarem a adultos, se destinam ao meu neto que tem 12 anos. Penso que é um dos erros comuns, que é o de querer tornar fácil. O acto educacional não torna fácil. Ajuda a resolver as dificuldades, apetrecha-nos para resolver as dificuldades, mas como dificuldades; e o nosso mal é que, como sabem, somos, dizia Herculano, país de madraços e mendigos, e continuamos a sê-lo à custa dos empréstimos internacionais, a bem da madraceira nacional. O português trabalha, sim, se for emigrante.

Nós temos a tendência para a preguiça, para escamotear as dificuldades, não as enfrentar, não decidir nunca, não tomar uma posição clara, não arriscar. Usamos o

“talvez” da pior forma: não é o “talvez” da dúvida metódica, mas o “talvez” da cobardia de errar. Nós temos de ter a coragem de errar e mal vai o professor que não errar de quando em vez. Os erros são necessários para o ensino, fazem parte do acto educacional. Ora eles, evidentemente, devem ser corrigidos, embora nem sempre haja ocasião de o fazermos. Há pouco, por exemplo, mencionou-se o nome de Jaime Cortesão, quando se estava a falar de Eduardo Zuzarte Cortesão. Não se tratava evidentemente do historiador, mas do que tem um consultório de psiquiatria. Ora este lapso não foi aqui corrigido; claro que não tem importância, todos teriam feito a correcção mentalmente.

O que é certo é que no ensino há uma sucessão de aproximações e temos de errar e depois mostrar em que é que errámos e corrigir esse erro. Isso faz parte do próprio acto educacional. Se apresentarmos um produto acabado, muito bem embalado, sofisticado, etc., sabonete usado pelas grandes stars do cinema, penso que estamos a trair o que há de fundamental numa acção educacional.

É claro que essa acção tem que escolher entre meios, entre linguagens; nem todos os actos pedagógicos utilizam a mesma linguagem e em certos casos, há uma combinação de linguagens.

Aí o problema é o da compatibilização dessas linguagens, de nível e de estrutura, para que não resvalem na desagregação mental, quer dizer, no processo que em vez de ser de concatenação das ideias será da desconexão das ideias e da sua mistura híbrida com imagens que não são operatórias, portanto, não são ideias.

Acto pedagógico

Penso, por isso, que o acto pedagógico é uma obra de arte. É uma obra de criação cultural, porque diz respeito à pessoa que é contactada na sua individualidade, porque implica inovação. Como sabem, pode-se improvisar quando se tem muitos anos de estudo, de prática do ofício e uma perfeita ordenação mental. Ora essa querela da ordem prévia, rígida, ou da criação, parece-me uma falsa querela, porque, ou o acto educacional requer novos moldes, a modelação de uma obra cultural, ou não é um acto educacional. Aliás, o problema põe-se, e eu diria que num outro domínio cultural, algo que me

impressionou profundamente. Seguiram, com certeza, o Campeonato Mundial de Futebol.

O desporto é uma forma de cultura, é uma forma de civilização, implica valores, que são fundamentais para a personalidade. Não sei se repararam que umas quantas equipas fracassaram, porquê? Porque o seleccionador-treinador foi incapaz de modificar o esquema inicial, que tinha previsto, em face de uma equipa que se revelava diferente do que ele previra e do que ele conhecia. E temos o caso dramático do Brasil; outros poderia apontar, em que de facto não houve desporto, porque não houve capacidade de criação cultural, quer dizer, de modificação do esquema inicial, que estava errado, ou que estava certo no momento inicial, e depois tinha de ser mudado de andamento, de ritmo, de ataque, pela descida pela direita, ou pela esquerda, a utilização do ataque na defesa, ou da defesa no ataque, etc.. Tudo isso tem de ser uma função das próprias situações, e a situação educacional é uma situação de criação; é, nesse aspecto, como um desafio de futebol. Nós não podemos levar a equipa com os lugares inteiramente marcados — Sócrates, não saís do meio-campo, Bento, cuidado mas não vais para a direita, etc.. Pela mesma razão porque não há ensino de ciência feita, todo o ensino é uma partilha de investigação científica e de criação cultural.

Circulação de professores

Isto implica algo de muito mais difícil, implica também que saibamos sair de certos esquemas rígidos, como aqueles que dizem respeito ao ensino superior. Há professores para o ensino superior, com uma certa preparação, há professores para o ensino secundário, há professores para o ensino primário, etc., há professores para o ensino a distância, para o ensino presencial.

Ora eu tenho defendido a ideia da circulação de professores, através dos graus de ensino, nas diferentes formas de ensino. Porquê? Porque precisamente, a acção educacional é uma obra de criação cultural e se nós criarmos o modelo único de galo de Barcelos e passarmos, em todas as aulas, a fazer o mesmo galo de Barcelos, não estamos a realizar obra de criação cultural, mas apenas uma obra de comercialização. Portanto, os professores devem circular, devem ter uma preparação que lhes permita circular; assim

o professor do liceu deve ir ensinar no ensino superior, pode e deve, se necessário, doutorar-se, regressar ao liceu — porque não? —; não tem nada de extraordinário, não é baixar de grau, como professor universitário, ir preparar, nas escolas do magistério primário, no ensino secundário, etc., e circular, trocar ideias, ter a plasticidade que o leva também a intervir na vida social, a não ser professor em dedicação exclusiva; foi a pior coisa que se inventou neste país. Além de uma profunda imoralidade, pois, como sabem, os professores com dedicação exclusiva têm outros empregos, em que recebem, muitas vezes, mais do que do seu vencimento de professores, isto é perfeitamente corrente e há múltiplas formas de receberem do próprio Estado dois e três vencimentos de dedicação exclusiva. Tem o gravíssimo inconveniente de fechar o professor no seu papel social de professor. Não teremos ensino assim, não teremos professores assim. Ou temos professores que são cidadãos, que são trabalhadores que intervêm na criação cultural, em múltiplos aspectos da mudança social e cultural, ou não temos acção educacional e não temos professores. Há necessidade não de uma dispersão, não de uma comercialização dos professores, mas de exercerem actividades que os levam a inserir-se em múltiplos outros problemas e correntes da vida nacional.

Dir-me-ão que ficam os problemas fundamentais por resolver, aqueles com que estivemos ocupados aqui, durante estes dias, os problemas propriamente técnicos. Penso que talvez não. Quer dizer que será a partir de uma reflexão deste tipo que nós poderemos compreender o plano técnico e inseri-lo na cultura.

Porque eu julgo que tem havido um tremendo equívoco que é contrário a uma das directrizes fundamentais da civilização europeia: separar, para um lado, a técnica, e para outro, a ciência, ou a cultura. Ora o que caracteriza a nossa civilização, em contraste com outras, precisamente, em contraste até com uma das matrizes donde viemos — a Civilização Helénica — é que a mão e o cérebro estão interligados e que não há um plano técnico que possamos desprender do plano científico e do plano cultural.

Dir-me-ão ainda que não passei de banalidades e que fugi, precisamente, às grandes dificuldades, que não lhes disse quando deviam usar a grande angular ou a teleobjectiva, se deviam usar o desenho animado, ou

a fotografia, ou o filme, mas penso que esses problemas têm que ser dominados com toda a competência do ofício, no entanto, penso igualmente que estão inseridos num contexto, num conjunto de opções, que são determinantes e que são os que definem o acto educacional. Por isso, concluiria que o que nós pretendemos construir, não é o ensino a distância, é um conjunto de formas de acção educacional, que sirva para que Portugal seja um país de civilização da dignidade de todos os portugueses.●



* PROF. DOUTOR VITORINO MAGALHÃES GODINHO

Membro do Conselho Científico e Director do Núcleo de Estudos de História e Cultura Portuguesa do IPED. Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Professor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Clermont-Ferrand (França). Membro de várias Academias Científicas Europeias.
